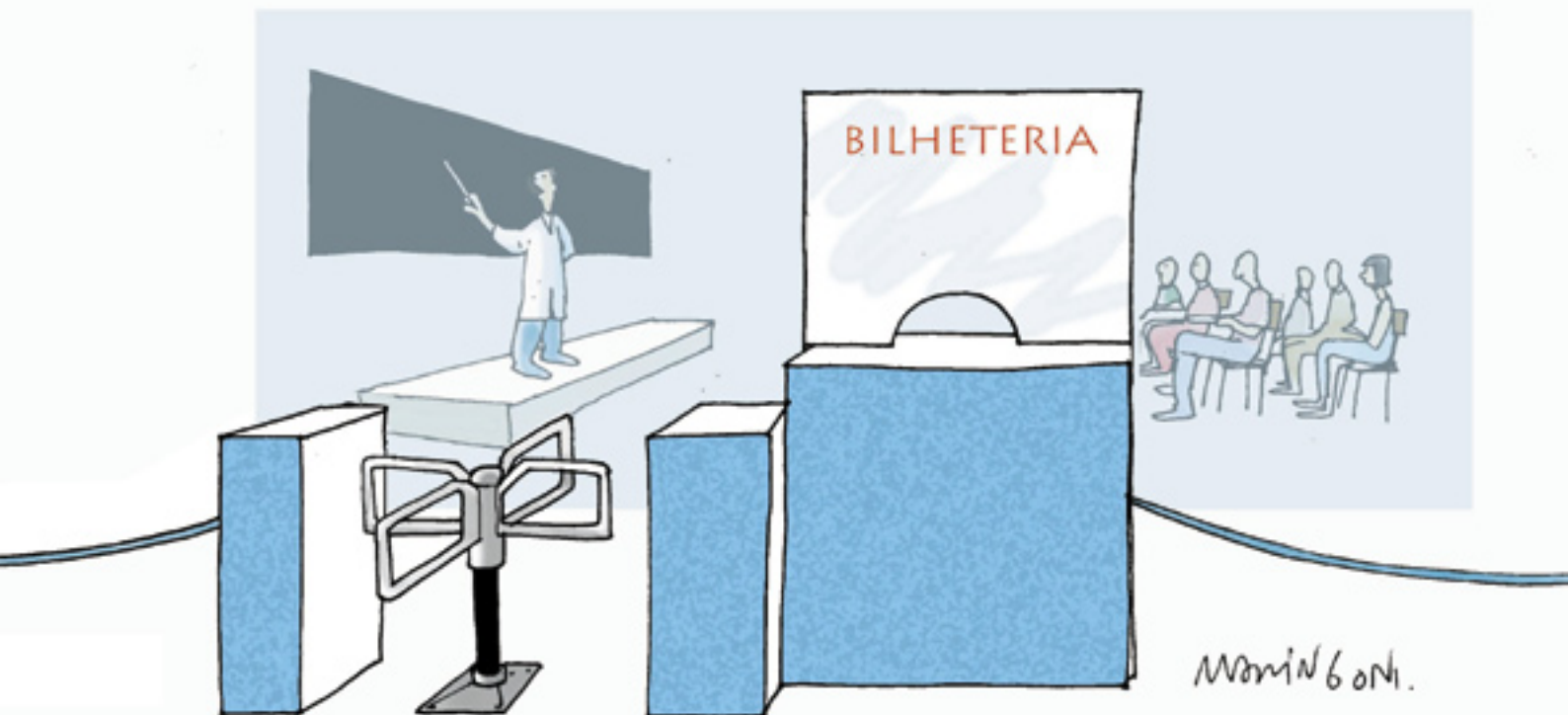


# **PREÇO DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE VARIA DE R\$ 18 MIL A R\$ 33 MIL**

*Quatro dos cinco cursos aprovados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação têm vínculo com fundações privadas. Só três estão em andamento: o de Engenharia Automotiva (R\$ 18 mil por aluno), o de Laser em Odontologia (R\$ 22 mil) e o de Modelagem Matemática em Finanças (R\$ 33,6 mil)*



**A** Pró-Reitoria de Pós-Graduação informou à *Revista Adusp* a existência de cinco mestrados profissionalizantes aprovados na USP: Moda, na Escola de Comunicações e Artes; Engenharia Automotiva, na Escola Politécnica; Finanças, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; Modelagem Matemática em Finanças, curso interunidades FEA-Instituto de Matemática e Estatística; e Laser em Odontologia, curso interunidades Instituto de Pesquisa de Energia Nuclear-Faculdade de Odontologia.

Quatro desses cursos estão vinculados, direta ou indiretamente, a fundações privadas “de apoio”,

respectivamente a Fundac, a Fusp, a FIA e a Fipe. Somente o curso de Laser em Odontologia parece não estar ligado a fundações privadas. A vinculação, na maior parte dos casos, é explicitada na resolução do Conselho de Pós-Graduação que autoriza o curso.

O regulamento do mestrado profissionalizante de Engenharia Automotiva foi aprovado pela Resolução CoPGr 4743, de março de 2000, que determina, em seu artigo 11, parágrafo 2º: “O apoio da gestão financeira do curso será realizado por uma das fundações ligadas à USP ou outra Entidade externa. Em princípio, a Fusp - Fundação de Apoio à USP deverá fornecer esse apoio, podendo este ser transferido

para outra fundação ou Entidade, a critério e por iniciativa da Coordenação, visando melhor andamento do curso”.

No caso do mestrado profissionalizante de Modelagem Matemática em Finanças, a Resolução CoPGr 4745, também de março de 2000, determina no artigo 1º, parágrafo 1º, que esse curso “é uma atividade conjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e do Instituto de Matemática e Estatística, que compartilham a responsabilidade pelo seu funcionamento”. Contudo, o artigo 10, *caput*, diz o seguinte: “No ato da matrícula, deverão ser estabelecidas, na forma de contrato de prestação de serviços entre a ‘Fundação

Instituto de Pesquisas Econômicas' (Fipe) e o aluno, as responsabilidades legais e financeiras de ambas as partes, inclusive as taxas e mensalidades a serem pagas”.

A Resolução CoPGr 4820, de março de 2001, que aprovou o regimento do mestrado profissionalizante em Finanças, define, no artigo 21, *caput*, que o curso “será financiado pelos alunos por meio da cobrança de taxas e mensalidades recolhidas através da Fundação Instituto de Administração (FIA)”, e, no parágrafo 1º, que no “ato da matrícula serão estabelecidas, na forma de contrato de prestação de serviços educacionais entre a FIA e o aluno, as responsabilidades legais e financeiras de ambas as partes, incluindo as taxas e mensalidades a serem pagas”. Este curso, porém, não chegou a ser oferecido.

O regulamento do mestrado profissionalizante em Moda, aprovado pela Resolução CoPGr 4819, de março de 2001, define, no artigo 18, parágrafo 3º, que a sua gestão financeira “será realizada por uma fundação que, a critério da coordenação, for considerada mais conveniente”. O idealizador desse curso, professor Tupã Gomes Corrêa, é o presidente da Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac). Segundo a professora Maria Immacolata Lopes, presidente da Comissão de Pós-Graduação da ECA, o curso ainda depende de aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para ser implantado.

A Resolução CoPGr 4887, de dezembro de 2001, que regulamenta o mestrado profissionalizante em Laser em Odontologia, sequer faz menção a pagamento de taxas e mensalidades. A exigência está implícita no Artigo 9º: “Para o ingresso ao Programa o aluno deverá também firmar contrato entre as partes: aluno e o representante do Programa”. Apesar da menção discreta, o preço total do curso é alto: cada aluno deverá desembolsar 22.100,00 reais.

O  
mestrado de  
*Modelagem Matemática*  
em Finanças deve  
arrecadar 672 mil reais  
em dois anos

Os outros mestrados profissionalizantes em andamento na USP também apresentam preços elevados. Quem fizer Engenharia Automotiva pagará no mínimo 18.070,00 reais. Esse valor poderá ser mais alto se o aluno optar por algumas atividades opcionais. Mas o curso mais caro é o de Modelagem Matemática em Finanças. Ao fim de dois anos, o aluno terá desembolsado 33.600 reais em mensalidades.

A coordenação do curso de Modelagem Matemática em Finanças informa que a turma

atual tem 20 alunos, e que ele deverá arrecadar 672 mil reais. Desse total, serão destinados 5% ou 33.600 reais para a Reitoria, e percentuais e valores idênticos para a FEA e para o IME, num total de 100.800 reais. Outros gastos importantes: professores (aulas regulares, plantões, convidados), 188.400 reais; coordenadores, 96.000 reais; remuneração da Fipe, 90.000 reais. “O docente recebe cerca de 10 mil reais por semestre, que chegam para ele como assessoria”, explica o professor Henrique von Dreifus, do IME e coordenador do curso.

“Está havendo uma integração muito maior entre economia e ciências exatas. Várias áreas das exatas têm seus trabalhos ligados a Finanças, como acontece na Física e na Politécnica”, afirma o professor von Dreifus. “Conversamos com pessoas do mercado e percebemos que muitos se interessariam caso oferecêssemos um curso nesta área. A Universidade estava discutindo a questão dos mestrados profissionalizantes e nos pareceu que a estrutura proposta serviria muito bem ao tipo de atividades que imaginávamos para nosso curso”.

De acordo com ele, em 90% dos casos as mensalidades dos alunos são pagas por pessoas jurídicas: “Os alunos em geral não estão pagando, mas sim as instituições. A maioria são alunos vindos de escolas públicas, que lhes deram a formação”.

A maioria dos alunos da primeira turma, acrescenta, vinha de escolas como a Politécnica, a FEA, o

IME, o ITA. “Eles estão retornando à Universidade parte do que foi investido neles, o que não é uma coisa fácil de se conseguir”. Isso levou o professor von Dreifus a concluir que a USP “tem até a obrigação de oferecer este programa”.

Ao explicar a escolha da fundação privada que gerencia o curso, o coordenador informa que “a universidade praticamente nos empurrou para dentro da Fipe”, e que “a sugestão da Reitoria foi que se usasse uma estrutura que já estivesse disponível para a parte de gerenciamento não-acadêmico”. Daí a opção pela Fipe.

O professor defende a remuneração adicional dos docentes que dão aulas no mestrado profissionalizante: “Acho justo o *pro-labore* porque você está pedindo para o docente ficar à noite, sendo que a Universidade considera este seu trabalho uma atividade extra”.

Ele explica que os valores do curso são decididos pelos docentes. “A Fipe garante as instalações e a logística. Quem decide somos nós”. Parte do dinheiro arrecadado foi usado para que os alunos fizessem um intercâmbio com uma universidade dos EUA: “Os alunos foram à New York University em julho e agosto do ano passado”.

“Minha crítica aos mestrados profissionalizantes repousa no fato de eles serem pagos”, diz o professor Mauro Zilbovicius, do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica, unidade que mantém um dos cinco cursos desse gênero aprovados até agora na USP. “Nas

escolas do tipo da Politécnica, da Medicina, da FEA, da Farmácia, que eu chamo de escolas profissionais, há um grande espaço para o desenvolvimento de cursos mais voltados ao mercado, pois o próprio mercado solicita isso. O mestrado profissionalizante é um bom instrumento e ajudaria muito em uma escola como a Politécnica. O problema é que se está aproveitando uma boa idéia e criando cursos pagos com ela, e isto é errado”, explica.

*“Mestrado  
profissionali-  
zante é uma boa idéia.  
Mas se for pago, pode  
desmontar a pós”, diz  
Zilbovicius*

No seu entender, o curso de especialização deveria estar voltado para quem busca uma complementação da formação. O profissionalizante seria para quem quer se aprofundar numa área. “A pós-graduação serve para isso, mas o perfil da pós-graduação no Brasil é formar pesquisadores e docentes. Fica faltando faltando espaço para este profissional que não está em nenhum dos polos e é isto que o mestrado profissionalizante vem completar”, argumenta o professor Zilbovicius.

Segundo o professor, o mestrado

do profissionalizante com certeza daria maiores condições para alguém alcançar um doutorado do que aquelas proporcionadas pela graduação. Entretanto, o caminho mais natural para o doutorado é o mestrado acadêmico.

“O problema está no fato de ser pago. Em primeiro lugar, não deve ser pago, e em segundo lugar o professor não podia receber. Como o trabalho é realizado misturado com aquele que o docente executa junto à pós-graduação, à graduação etc, o fato de ser cobrado acaba diferenciando dentro da USP os docentes que trabalham ou não nos cursos pagos”, define ele.

“O grande problema é que a remuneração pelo trabalho com os cursos pagos pode desmontar a pós-graduação na USP. Os professores têm um limite de alunos a orientar, e é muito provável que se passe a escolher os orientandos em função do fato de alguns pagarem e outros não”.

O professor Zilbovicius admite, porém, que alguns cursos sejam pagos. “A questão da cobrança é complexa. Se a General Motors procura a USP dizendo que tem um conjunto de engenheiros e quer bancar um curso, por que a USP deveria fazê-lo de graça? O que não se pode é remunerar o docente em separado, o que pode destruir a pós-graduação”, pontua. “É absurdo que a USP abra mão de receitas que poderiam ser suas. Por outro lado, o curso de Engenharia de Produção há anos oferece 70 vagas. Em vez de a USP ganhar com sua grife, são terceiros que ganham”.